Geografia Humana: "desregionalização" (in)consequente?[1]

Human Geography: "deregionalization" (in)consequent?

¿Geografía Humana: "desregionalización" (in)consecuente?

CÉLIO AUGUSTO DA CUNHA HORTA
UFMG
celio@igc.ufmg.br

Resumo: Consideradas as transformações epistemológicas produzidas pela Geografia Crítica e pela Geografia Humanística pretende-se, assim, refletir sobre a (des)valorização das pesquisas regionais na Geografia. Comparecem, portanto, duas perguntas paralelas: de acordo com os analistas marxistas do espaço, as mudanças globais mais recentes tendem a degenerar a região ou essas espacialidades estão sendo reproduzidas conforme os parâmetros da terceira revolução técnico-científica? No escopo das concepções fenomenológicas, a região, precisamente, se (con) funde com a categoria lugar? E mesmo diante de interpretações que (em princípio) abordariam a região, parte-se do pressuposto que ocorre um processo generalizado de "desregionalização" na Geografia Humana.
Palavras-chave: região, geografia, globalização, fixos e fluxos.

Abstract: Given the epistemological transformations of Critical Geography and Humanistic Geography seeks to reflect on the (de)valuation of research in regional geography. Attend, therefore, two parallel questions: according to the Marxist analysts of space, the recent global changes tend to degenerate region or these spatialties are being reproduced according to the parameters of the third scientific-technical revolution? The scope of the phenomenological conceptions, the region, precisely, is confused with the place category? And even with interpretations that (in principle) would approach the region starts from the assumption that there is a generalized process of "deregionalization" in Human Geography.
Keywords: region, geography, globalization, fixed and flows.

1 Texto extraído (e modificado) da tese de doutorado – "Geografia regional: um resgate teórico da macroescala" – orientada pela Professora Ester Limonad e defendida, na UFF, em 11/11/2011.

Resumen: Teniendo en cuenta las transformaciones epistemológicas producidas por la Geografia Crítica y la Geografia Humanista se pretende, por tanto, reflexionar sobre la valoración (de) la investigación en la geografia regional. Asistir, por lo tanto, dos cuestiones paralelas: ¿según los analistas marxistas del espacio, los recientes cambios a nivel mundial tienden a degenerar la región o estas especialidades se reproducen de acuerdo a los parámetros de la tercera revolución científico-técnica? ¿El alcance de las concepciones fenomenológicas, la región, precisamente, si (con) funde con la categoría lugar? E incluso con las interpretaciones que (en principio) se acercaba a la región parte de la suposición de que existe un proceso generalizado de "desregionalización" en Geografia Humana.
Palabras clave: región, geografía, globalización, fijos y flujos.

INTRODUÇÃO

A Geografia, em geral, apresentou significativos avanços teóricos e metodológicos no decorrer dos últimos trinta anos. O desenvolvimento de alguns campos particulares, como a Geografia Urbana, a Geografia Agrária e a Teoria (e métodos) da Geografia e a Climatologia vincula-se, em maior ou menor grau, aos desdobramentos da crise epistemológica da Geografia, manifesta na década de 1970.

Contudo, os estudos regionais permaneceram numa espécie de ostracismo acadêmico, ou seja, a Geografia Regional, grosso modo, não se inseriu de maneira significativa nas mudanças de enfoque próprias desse período de crise e renovação. Já no início da década dos anos de 1980, Rogério Haesbaert (1984, p. 356) questionava: "(...) estarão as 'regiões', concretamente em crise, ou estaremos mais vivendo uma crise de conceito?" E apesar dos sequentes debates teóricos - na Geografia - envolvendo o conceito de região, os estudos geográficos regionais não avançaram e aparentemente perderam expressão.

Há vários fatores que contribuem para a posição marginal, na Geografia, dos estudos regionais. Ressaltem-se, entretanto, as (incompletas) conclusões sobre as relações entre um mundo (mais) globalizado e a "morte" (ou o vigor) da região. Para Haesbaert (2010, p. 49) se "a chamada Geografia quantitativa representou o primeiro momento de morte e ressurreição da região, o segundo viria com a Geografia crítica de fundamentação marxista." Há indícios, porém, de que essa "segunda ressurreição" não tenha alcançado proporção semelhante ao seu "segundo período de morte". Mesmo a região funcional, edificada na Nova Geografia - e cujo princípio de coesão se sustenta nos fluxos e na formação de redes - está hoje relativamente ignorada.

Interroga-se, então, sobre a formulação de algumas ideias da Geografia Crítica e da Geografia Humanística que influenciam na (des)valorização das

pesquisas regionais. No contexto dessas duas correntes de pensamento geográfico, algumas posturas acadêmicas relacionadas a essa questão merecem destaque, dentre as quais: 1) a diluição da região no escopo das concepções preferenciais pelo lugar e pelo espaço vivido; 2) a ideia de que a região extingue-se frente aos novos arranjos globais do capitalismo e 3) a correlação recorrente entre região e escala.

Objetiva-se, assim, refletir sobre determinadas atribuições dispensadas à região pelas correntes Crítica e Humanística da Geografia. A região, afinal, constitui-se em uma espacialidade arcaica (e em degeneração) ou numa estrutura espacial em transformação? No cerne das investigações fenomenológicas, a região se sustenta enquanto uma espacialidade objetiva? A problematização em torno de algumas leituras (regionais?) do mundo pós-fordista, segundo o pensamento de autores como Armand Frémont (1980), Milton Santos (1997), Sandra Lencioni (2000), David Harvey (2005), Ruy Moreira (2008), dentre outros – compõe o eixo desse artigo. E mesmo diante de interpretações que a priori tenderiam a valorizar a região, parte-se do pressuposto que ocorre um processo generalizado de "desregionalização" na Geografia Humana.

REGIÃO: UM CONCEITO ULTRAPASSADO?

> Somente poucos geógrafos humanos hoje em dia iriam proclamar-se "geógrafos regionais", e até há pouco a Geografia Regional foi descrita como se estivesse necessitando mais de ser exumada do que ressuscitada. (THRIFT, 1995, p. 215).

Essa citação de Nigel Thrift tende, evidentemente, a adquirir maior pertinência quando se pretende refletir sobre a morte da região. Assim, cabe perguntar: será que alguns pesquisadores – focados em leituras marxistas de mundo – "decidiram", por força metodológica, decretar o desaparecimento da região? Iná Elias de Castro (2002, p. 58) ressalta que a "perspectiva regional enfrentava, pois, o dilema da não-cientificidade ou da sua morte. Com o domínio intelectual do materialismo na Geografia a segunda opção foi vitoriosa." E acrescenta:

> Na perspectiva positivista a redução do método geográfico à região, sem uma estrutura lógico-dedutiva consistente, confinou a disciplina a um forte provincianismo acadêmico. Na perspectiva da geografia crítica a aceitação de qualquer determinação ou mesmo explicação do nível regional era contraditória com a estrutura teórica de seus argumentos. (CASTRO, 2002, p. 58).

Segundo Thrift (1995), Marx possuía desinteresse pela diferença regional. Para Thrift (1995), haveria uma incompatibilidade metodológica entre o "sistema teórico totalizante" – próprio de muitas interpretações marxistas - e as "diferentes geografias" da sociedade moderna. O autor considera que o determinismo econômico e histórico, em muitos trabalhos geográficos, tem prevalecido sobre o espaço regional.

Destarte Thrift (1995) discorda, por exemplo, de Frederic Jameson (1987, 1991) por sua concepção de "espaço pós-moderno", pois o regional, segundo Thrift, é completamente liquidado nessa perspectiva. Territórios contínuos e demarcados são substituídos pelo "localismo globalizado" e pela "sociedade globalmente local". Segundo Thrift (1995), Jameson ao considerar as mais recentes transformações técnico-científicas trata, por exemplo, a fluidez do capital financeiro e as diversas articulações sociais em rede como processos próprios dos localismos globais e do globalismo localizado.

Quanto aos fixos e fluxos – abordados por Milton Santos (1978, 1982, 1988) – Jameson e outros pesquisadores (entre os quais geógrafos) parecem, de fato, superestimar esses últimos. Além do mais, os fixos acabam reduzidos ao efêmero, são desespacializados – às vezes desmaterializados – ou são apenas observados em escala (do poder) local. Cabe especular se essa supervalorização dos fluxos - acompanhada de uma relativa negação dos fixos - tem alguma correlação, na Geografia, com alguns princípios metodológicos próprios de pesquisadores que buscam alcançar a essência dos processos e ultrapassar, assim, a "pura" descrição das formas (espaciais) aparentes. Trata-se, pois, de um recorrente procedimento metodológico firmado, portanto, na fetichização dos fluxos e, por conseguinte, na desconsideração das materialidades estruturais da sociedade capitalista?

Nessa linha de pensamento, não só a região torna-se sem valor (e sem sentido), como o próprio espaço perde significado como uma entidade. Entende-se assim que, se alguns marxistas (geógrafos ou não) consideram que a Economia Clássica não avançou satisfatoriamente na explicação dos processos capitalistas, tal avaliação não deveria justificar as tentativas de formulação de uma espécie de subteoria antiespacial: uma justaposição de conhecimentos da Economia Política (marxista) com alguns conhecimentos da Geografia calcada, paradoxalmente, na negação material do espaço, num nihilismo espacial (e regional).

Para Luis Lopes Diniz Filho (2002, p.158) "não é possível elaborar, a partir de um instrumental marxista, um conceito científico de região." O autor salienta que, mesmo diante das interpretações teóricas que atingiram análises pertinentes ao "desenvolvimento do capitalismo no espaço" (superando as

análises do "capital no espaço"), o envolvimento do marxismo na Geografia Regional é tortuoso. Para o autor, essa "área dos estudos regionais não auxilia na tentativa de demonstrar a objetividade das regiões, mesmo que se deseje trilhar o acidentado caminho de formular alguma teoria das trocas desiguais derivada desse referencial teórico e metodológico." (DINIZ FILHO, 2002, p. 151). Assim, segundo Diniz Filho (2002, p. 152):

> No caso dos marxistas, a grande questão evidentemente não é a de estabelecer "leis gerais" sobre a distribuição espacial dos fenômenos na superfície do planeta a fim de aplicá-las no estudo de regiões específicas, tal como propunham algumas correntes da Geografia Tradicional; o problema aqui é o de ajustar a teoria marxista sobre as "leis" de movimento do capital ao estudo do desenvolvimento desigual.

Nesse sentido, Diniz Filho (2002, p. 157) critica o conceito de região adotado por Francisco de Oliveira (1993), pois considera o mesmo inoperante, inclusive "para o estudo da dinâmica dos 'novos espaços econômicos' (...)". O autor ressalta que, na concepção de Oliveira (1993), "não se pode falar de regiões nos marcos da hegemonia do capital monopolista sobre o processo produtivo em escala nacional (...)" já que Oliveira "sustenta que em vários países capitalistas avançados já não seria possível encontrar regiões, mas apenas '*zonas de localização diferenciada* de atividades econômicas' (...)". (DINIZ FILHO, 2002, p. 156).

Diniz Filho (2002) questiona essa noção de "zonas de localização diferenciada" de Oliveira (1993). Segundo o autor, essas zonas, conceitualmente, não se distinguiriam de diferenciações do espaço delineadas pela divisão regional do trabalho. Além do mais, Diniz Filho (2002, p.155) considera deficiente a explicitação do "movimento assintótico", ou seja, a contradição entre a tendência à homogeneização espacial e o caráter desigual e combinado das relações de produção capitalista, pois esse movimento contraditório constitui um marco importante das ideias de Oliveira (1993). Segundo Diniz Filho (2002), esse movimento não é desenvolvido teoricamente por Oliveira (1993, p. 27) que, no entanto, trata, mesmo assim, dessa contradição ao afirmar que "existem 'regiões' em determinado espaço nacional" e que, também,

> existe a tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as "regiões" (...) Tal tendência nunca chega a materializar-se de forma completa e

> acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado (...) (OLIVEIRA, 1993, p. 27).

Reconhece-se que essa contradição socioespacial (e de caráter regional) não foi suficientemente desenvolvida por Oliveira e muito menos, ainda, por outros pesquisadores – geógrafos, inclusive. Todavia, especula-se que por influência (não exclusiva, mas importante) dessa obra de Oliveira (1993) persistem, ainda hoje, na Geografia Crítica em geral, as seguintes ideias: 1) de que a região tende ao desaparecimento frente aos processos homogeneizadores (e externos) do capitalismo global; mas, por outro lado, 2) que a região, hodiernamente, se reproduz (metamorfoseada) como produto socioespacial da divisão internacional (e nacional) do trabalho; e 3) que a região (econômica e política) corresponde, em termos escalares, a um espaço circunscrito ao território nacional (já que para Oliveira sua definição é derivada, principalmente, da hegemonia interna de classe).

Derek Gregory (1995) critica a visão geométrica e "antissocial" da Geografia como "ciência espacial" (Nova Geografia), mas, também, aponta problemas teóricos nas concepções geográficas que assumiram vários preceitos do que ele denomina de "marxismo ocidental". A leitura Gregory (1995) indica que na produção de David Harvey e de outros geógrafos marxistas, há uma negação do espaço, uma espécie de nihilismo espacial, conforme exposto anteriormente. Assim, as estruturas sociais, os sistemas econômicos e as temporalidades são superdimensionados enquanto o espaço geográfico é praticamente decomposto. O autor parece ciente de que para "Soja, a questão fundamental da incorporação do marxismo à Geografia foi a excessiva ênfase dada à história em detrimento do espaço" (LENCIONI, 2000, p. 163). Gregory (1995) também parece convencido de que, para Edward Soja, persiste uma "materialidade teimosa" frente às ações (e discursos) de "desincorporação" da humanidade por meio da "Corporatização do território" (SANTOS, 1997, p. 201). Apesar disso, Gregory (1995, p.105) discorda parcialmente do mesmo, tendo em vista que "Soja considera esta 'reversão ao mapeamento' estimulante."

Gregory (1995) não desqualifica as obras de Harvey, de Soja, de Manuel Castells e outros, ao contrário. Mas, sinaliza - pode-se, a partir de suas idéias, assim resumir – que a "Geografia Radical", de um jeito ou de outro, não só matou a região como, também, assassinou os lugares e os territórios. Para Gregory (1995:104) esse tratamento teórico contribui para que se estabeleça uma concepção generalizante de que o espaço geográfico tornou-se, então, algo (metafísico) fluido e "como afirmou Castells (1983) 'o espaço é dissolvido em fluxos' (...) e lugares são esvaziados de seu significado local."

Gregory (1995) também não desconhece e nem nega o surgimento de novas relações (e formas?) espaciais derivadas da reestruturação do capitalismo pós-fordista. Entretanto, critica a defasagem teórica na Geografia Humana. Afinal, a decomposição – não absoluta - dos lugares ocorre(ria) automaticamente (sem haver resistência) conforme os ditames da atual globalização?

Manuel Castells (1999) ao refletir sobre a *Sociedade em Rede na Era da Informação* adverte para a ocorrência da "superação dos lugares". Contudo, reconhece que a economia global não é planetária e, portanto, o "capitalismo flexível e rejuvenescido" (CASTELLS, 1999, p.412) reproduz exclusões sociais e territoriais, o que em parte implica em resistências (com base nas identidades comunais) ou em "conexões perversas" com o crime organizado. Segundo Castells (1999, p.432) o "planeta está sendo segmentado em espaços claramente distintos, definidos por diferentes sistemas temporais." Castells (1999, p. 426-427) afirma que

> Ao longo da história, as culturas foram geradas por pessoas que compartilham espaço e tempo (...) No paradigma informacional surgiu uma nova cultura a partir da superação dos lugares e da invalidação do tempo pelo espaço de fluxos e pelo tempo intemporal: a cultura da virtualidade real.

Castells (1999, p.437) salienta ainda que "há enorme defasagem entre nosso excesso de desenvolvimento tecnológico e o subdesenvolvimento social." Nesse sentido, cabe especular que a idéia de compressão espaço-tempo de Harvey (1994) também contribuiu para o desenvolvimento das teorias sociais críticas, porém, parece que, simultaneamente, estimulou os discursos sobre o fim do espaço (e da Geografia). Harvey (1994, p. 264), ao tratar da "aniquilação do espaço por meio do tempo" na modernidade e na pós-modernidade destaca, inclusive, a dimensão espacial e suas variações geográficas, mas, talvez tenha ficado a impressão de que a velocidade do tempo da mercadoria subtrai o espaço geográfico ao invés de fragmentá-lo e rearticulá-lo. Provavelmente, também, prevaleçam, nesse caso, confusões conceituais entre **distância** espacial e **espaço** geográfico.

Harvey (1994, p. 260), portanto, ao se referir à mobilidade do capital (e do trabalho) sob o regime de acumulação flexível salienta que a "efemeridade e a comunicabilidade instantânea no espaço tornam-se virtudes a ser exploradas e apropriadas pelos capitalistas para os seus próprios fins." Nesse âmbito, Zygmunt Bauman (2008, p.53) difere claramente os grupos detentores de fácil mobilidade espacial das "pessoas que não são livres para se mover e trocar de

lugar por falta de recursos". Bauman (2008, p.56) trata da fragmentação do tempo e do espaço e discrimina os novos nômades dos novos sedentários:

> O tempo e o espaço têm sido alocados de maneira distinta nos degraus da escada do poder global. Aqueles que podem se dar ao luxo vivem apenas no tempo. O que não podem, vivem no espaço. Para os primeiros, o espaço não importa. O segundo grupo luta para fazer com que o espaço importe.

Sobre essa relação (espaço-tempo), Moreira (2002) sinaliza na direção da "densificação espacial da história" e acrescenta que "quanto mais as relações espaciais vão se construindo pela técnica no tempo, mais a história vai se tornando espaço que tempo (...)" (MOREIRA, 2002, p. 59).

NOVAS RELAÇÕES CAPITALISTAS: DES-REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO?

No escopo das abordagens marxistas, a categoria região encontra-se envolvida nos mais variados discursos, a exemplo dos que apregoam o seu fim e dos que a colocam como uma espacialidade modificada pelas novas relações de reprodução capitalista. No segundo caso, dúvidas são colocadas acerca de sua coerência interna produzida – conforme Santos (1978) e Harvey (2004) – pela dinâmica internacional. Mas afinal, que (suposta) coerência é esta produzida externamente? Sobre a lógica de acumulação (flexível) capitalista no/do espaço, Harvey (2004, p. 88) aborda a recente relação entre a circulação do capital e sua relativa estabilidade/coerência regional:

> Referir-me-ei a essas configurações relativamente estáveis com o termo "regiões", que defino como economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo – ao menos por algum tempo. Os processos moleculares convergem, por assim dizer, na produção da "regionalidade."

Para Harvey (2005) o processo de reprodução ampliada do capital exige, cada vez mais, a ruptura das cristalizações espaciais, apesar da função paliativa que as mesmas possuem no "adiamento das crises" de acumulação. O capital fixo – e as espacialidades materiais decorrentes – mesmo que necessário, tende a se constituir, na perspectiva de Harvey, um fator quase antieconômico para realização do capital móvel, volátil. Assim, pode-se inferir que, para Harvey

(2005), o capital – na sua forma atual – adquiriu uma "condição nômade" muito mais significativa, a sua instalação espacial é parcialmente compatível com a respectiva estabilidade regional que, todavia, torna-se cada vez mais reduzida em termos temporais.

Há, de acordo com Harvey (2005), um desequilíbrio permanente e crescente entre a reprodução ampliada dos capitais oligopolistas e as infraestruturas materiais. A produção e, principalmente, a circulação de mercadorias se deparam com o que ele denomina de "inércia geográfica" que, contraditoriamente, possibilita a reprodução ampliada do capital, mas também inibe sua expansão em maior escala. Segundo Milton Santos (1985, p.67), dentro "de uma região, os capitais fixos são geografizados segundo uma lógica que é a do momento de sua criação. Isso tem um inegável papel de inércia."

Sobre a "coerência estruturada" no espaço (regional), Harvey (2005) ressalta a contradição entre a materialidade funcional do território - inércia relativa – e a mobilidade de capital e trabalho, essa última diretamente atrelada à necessidade de giro rápido de capital (competição oligopolista). Segundo Harvey (2005, p.147):

> Há processos em andamento, portanto, que definem os *espaços regionais*, em que a produção e o consumo, a oferta e a procura (por mercadorias e força de trabalho), a produção e a realização, a luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida permanecem unidos como certo tipo de coerência estruturada, em uma soma de forças produtivas e de relações sociais.

Para Harvey (2005) essa coerência regional tende a ser cada vez mais temporária sendo, ainda, definida basicamente por determinações externas. Harvey (2005) defende que os deslocamentos espacial e temporal oferecem amplas oportunidades para a absorção dos excedentes (inaproveitados) de capital e força de trabalho. Instabilidade acentuada e estabilidade relativa das configurações regionais constituem, assim, movimentos fundamentais da geopolítica atual do capital oligopolista. Contradições entre os fixos e os fluxos manifestam-se na (re) produção das (des)organizações espaciais. Assim, segundo Harvey (2005, p.150):

> A coerência regional estruturada, em que a circulação do capital e a troca de força de trabalho apresentam a tendência, sob restrições espaciais tecnologicamente determinadas, a se constranger, tende a ser solapada por poderosas forças de acumulação e superacumulação, de mudança tecnológica e de luta de classes.

Todavia, o poder desse solapamento depende, segundo Harvey (2005, p.150) "da mobilidade geográfica tanto do capital como da força de trabalho, e essa mobilidade depende da criação de infra-estruturas fixas e imobilizadas, cuja permanência relativa na paisagem do capitalismo reforça a coerência regional estruturada em solapamento." E afirma que "assim, a viabilidade das infra-estruturas fica em perigo, devido à própria ação da mobilidade geográfica, facilitada por essas infra-estruturas." (HARVEY, 2005, p.150). Por isso, Harvey (2005) destaca o processo de "destruição criativa" das paisagens geográficas pelo capital e o processo de "ajuste espacial". Portanto, a exportação das crises de acumulação transforma-se na "solução externa para os problemas da região" (HARVEY, 2005, p.153). Formação e dissolução das alianças regionais de classes (tendo o Estado papel relevante nesse empreendimento geopolítico) se entrelaçam na trama da instabilidade-estabilidade regionais. E Harvey (2004, p. 91-92) reconhece as novas atribuições do Estado nesse contexto de reordenações territoriais:

> O Estado pode, entretanto, usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infra-estruturais (particularmente nos transportes e comunicações, na educação e na pesquisa), mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos. Suas capacidades de reforma das instituições básicas necessárias à acumulação do capital também podem ter profundos efeitos (...).

Harvey (2004) concebe a região como produto da divisão (nacional e internacional) do trabalho e como componente do imperialismo territorial e financeiro – susceptível inclusive aos conflitos geopolíticos interestatais. E na rede mundial de capitais oligopolistas, Harvey (2004:112-113) ressalta a conexão entre centralidades geográficas e certos territórios periféricos:

> O quadro geral que surge, por conseguinte, é de um mundo espaço-temporal entrelaçado de fluxos financeiros de capital excedente com conglomerados de poder político e econômico em pontos nodais chave (Nova York, Londres, Tóquio) que buscam seja desembolsar e absorver os excedentes de maneiras produtivas, o mais das vezes em projetos de longo prazo numa variedade de espaços (de Bangladesh, ao Brasil ou à China), seja usar o poder especulativo para livrar o sistema da sobreacumulação mediante a promoção de crises de desvalorização em territórios vulneráveis.

Não obstante, David Harvey (2004, p.113) salienta ainda que "(...) as populações desses territórios vulneráveis que têm de pagar o preço inevitável em termos de perdas de ativos, perda de empregos e perda de segurança econômica, para não mencionar perda de dignidade e de esperança."

Diante desse quadro macroeconômico e macropolítico, como situar a macrorregião, a região-zonal e mesmo a região-rede? Em termos de *funcionalidade* parece menos difícil situar essas regionalidades/teritorialidades nesse contexto (hiperimperialista) de "destruições criativas" e de recriações territoriais instantâneas. Mas, e em termos de conteúdo *formal*? O campo aparente das formas (materialidades) regionais não reflete o domínio estrutural pertinente aos processos gerais de reprodução ampliada dos capitais financeiros?

Milton Santos (1978, p.199) assinala que a "sociedade não se pode tornar objetiva sem as formas geográficas." Segundo Santos (1997, p.101) "de um lado a estrutura necessita da forma para tornar-se existência e, de outro lado, a forma-conteúdo tem um papel ativo no movimento do todo social." E acrescenta: "tornada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando assim, de pleno direito, da dialética social." (SANTOS, 1997, p.101).

Ruy Moreira (2002, p.57) ressalta as novas formas sociais e espaciais (ou as deformações espaciais no sentido cartesiano?) de regulação capitalista em que "a globalização financeira poliformiza o valor e o trabalho, e assim libera o espaço do híbrido e da diferença (...)". E como referência (memorial) ao "atual espaço mundial em rede" (MOREIRA, 2002, p.54), o autor trata da produção capitalista original do espaço (industrial) onde havia, segundo ele, maior nitidez dos arranjos regionais. Assim, segundo Moreira (2002, p.53):

> A região é a matriz espacial dessa sociedade da centralidade fabril, distinguindo-se duas formas de arranjo: a região homogênea, nas fases de acumulação mercantil e inicial da acumulação industrial (...); e a região polarizada, na fase da acumulação industrial propriamente dita.

E sobre as relações socioespaciais desiguais, próprios do atual contexto, Harvey (2004, p. 113) afirma:

> Conclui-se, pois, que o capitalismo sobrevive não apenas por meio de uma série de ordenações espaço-temporais que absorvem os excedentes de capital de maneiras produtivas e construtivas, mas também por meio da desvalorização e da destruição administrativas como remédio corretivo

> daquilo que é em geral descrito como descontrole fiscal dos países que contraem empréstimos.

Harvey (2004:100) analisa a relação de poderio dos países e metrópoles centrais (cidades dominantes) com as situações de "endividamento territorial" nas periferias. Todavia, na Geografia, deve-se evitar reduzir essas relações ao campo da virtualidade hegemônica do capital financeiro. O movimento dialético entre "as ordenações espaço-temporais" e a "destruição criativa" de estruturas socioespaciais demanda conceber temporalidades não lineares, espacialidades superpostas e a aglutinação das velhas e novas contradições do modo de produção capitalista. A supervalorização dos fluxos em detrimento dos fixos pode levar a um tipo de reducionismo teórico que para a Geografia tende a ser ainda mais devastador.

Deve-se, portanto, articular a volatilidade interregional do capital financeiro às lógicas territoriais que Harvey (2004, 2005) aborda. De acordo com o autor, ao refletirmos sobre a circulação do capital e o "tempo de rotação socialmente necessário" para realização do lucro "nos defrontamos com a contradição: a organização espacial é necessária para superar o espaço." (HARVEY, 2005, p.145). Outrossim, desindustrialização não implica somente numa sociedade pós-industrial (com o fim, por exemplo, do "proletariado típico" e o fim dos velhos distritos industriais); e afinal onde e como são produzidas as manufaturas e outros produtos de alto valor agregado? Os tecnopolos (posteriores ao *Silicon Valley*) são virtuais, esporádicos? Desapareceram as (velhas) regiões monocultoras de cana-de-açúcar na Zona da Mata Nordestina brasileira? Os enclaves bananeiros da *United Fruit* na América Central não mais existem? Os sistemas clássicos de circulação, de armazenamento e de troca – ferrovias, rodovias, silos, portos marítimos, centros atacadistas, etc. – constituem componentes infraestruturais efêmeros? A construção de uma nova e grande hidrelétrica trata-se de um empreendimento desprezível do ponto de vista geográfico? Seus impactos socioambientais no território atingido seriam, então, considerados apenas como "um produto" contraditório da reprodução/mobilidade do capital? Assim sendo, esse território/região se reduziria a um fragmento espacial (ponto) de uma trama reticular global?

Segundo Harvey (2005, p.148) toda "forma de mobilidade geográfica do capital requer infra-estruturas espaciais fixas e seguras para funcionar efetivamente." Para Milton Santos (1997, p.201) "a fluidez somente se alcança através da produção de mais capital fixo, isto é, de mais rigidez." E, em consonância com essas afirmativas – aparentemente banais – e com as questões

levantadas, saliente-se a necessidade de se reconhecer as metamorfoses socioespaciais socialmente produzidas ao longo do tempo histórico. E sobre as transformações decorrentes da segunda revolução industrial Moreira (1998, p.214) assinala:

> A mobilidade territorial relaciona-se com a liberação da localização espacial da indústria em sua forma absoluta pela centralidade orgânica da esfera da circulação (...) A flexibilização de todas as localizações flexibiliza a distribuição do trabalho, resultando na disponibilização territorial do trabalhador (...)

Essa citação também se aplica às metamorfoses da Terceira Revolução Técnico-científica. Portanto, deve-se atentar mais uma vez para explanação de Moreira (1998, p.219), pois, segundo ele, "a falta de referências fixas é uma característica" marcante no processo recente de acumulação flexível do capital. Além do mais, conforme Moreira (1998, p.216) o "capital que faz da mobilidade do espaço sua vontade geopolítica" torna-se, cada vez mais, centrado na esfera da circulação "evidenciando a principalidade da finança" (MOREIRA, 1998, p.212). Bertha Becker (1988, p. 107) ao tratar do "triunfo da Cronopolítica sobre a Geopolítica" (basicamente em razão do "triunfo da logística sobre a estratégia") assinala que a "tecnologia é uma fábrica de contração do tempo e do espaço, permitindo hoje pensar não só na instantaneidade como na ubiqüidade." E com referência à crescente autonomização da esfera da circulação Moreira (1998, p.212) destaca a "preponderância da categoria geográfica da distribuição sobre o da localização." Desta maneira, novas regulações espaciais se colocam em macroescala: "O espaço, através do arranjo das localizações e distribuições territoriais das relações estruturais da sociedade, interfere e age agora como elemento regulador da reprodução numa determinação ao revés (...)" (MOREIRA, 2002, p.49).

Moreira (2008) estabelece nexos entre a primeira, a segunda e a terceira revolução técnico-científica e enfatiza a configuração do espaço-rede. Essa configuração, segundo o autor resulta, em grande medida, do desenvolvimento dos meios de transporte, de comunicação e de "transmissão de energia em que a esfera da circulação parte para recobrir em rede a superfície do planeta de forma rápida e ubíqua" ultrapassando (e superpondo-se) à "toda uma configuração de espaço marcada pela presença de uma profusão de fronteiras – entre cidade e campo, entre regiões e Estados nacionais (...)" (MOREIRA, 2008, p.177). E quanto ao atual processo de reestruturação socioespacial, o autor ressalta o

papel da biorrevolução (sustentada na engenharia genética e na informática) e sua ligação com o capital financeiro, ou seja, a "junção da autonomização do capital rentista e do abarcamento do planeta numa rede global de circulação" (MOREIRA, 2008, p.179).

Moreira (2008, p.182) assinala que a "rigor a fusão entre cidade e campo vinha já ocorrendo no estágio mais avançado da segunda revolução industrial". Todavia, o autor menciona que na reestruturação espacial deste começo de século - conforme os postulados de regulação toyotista geral e a lógica produtiva do complexo agroindustrial - o encontro do campo e com a cidade se intensificou: "funde no mesmo espaço a indústria e a agropecuária" (MOREIRA, 2008, p.180). Segundo o autor, essa fusão do campo industrializado com a cidade mais especializada no comércio e serviços (de alta tecnologia, inclusive) implica, entre outros processos, num novo movimento de apropriação capitalista dos saberes tradicionais (povos indígenas, comunidades camponesas, etc.): a "bioindústria significa uma revalorização e retorno da centração da produção e acumulação capitalista para a terra" (MOREIRA, 2008, p.182). Essa transferência (espacial, de produção, de valor, de conflitos de classe, etc.) "impõe", assim, o diálogo entre "os saberes avançados da ciência e os saberes do senso comum (...)" (MOREIRA, 2008, p.182).

Diante desses novos desenhos socioespaciais deve a região, portanto, ser concebida como uma rugosidade espacial? Como uma espacialidade diluída, morta? Ou convém assumi-la como uma reminiscência arqueológica? A região (econômica e marxista), quando não colocada como espacialidade terminal, tem sido frequentemente compreendida como expressão espacial das relações (de produção) capitalistas. Diniz Filho (2002, p.147), no entanto, afirma que "a divisão territorial do trabalho é apenas um critério que pode ser utilizado para regionalizar o espaço terrestre no intuito de efetuar estudos concretos sobre o desenvolvimento desigual." Para análise da estrutura geográfica regional, de matriz político-econômica, Haesbaert (1984, p.361) defende que se deva "reconhecer os aspectos espaciais que viabilizaram sua reprodução".

Essa colocação de Haesbaert (1984) parece permanecer ignorada no meio geográfico. Alguns geógrafos, provavelmente, se sentem mais confortáveis em negar a região ou, então, em desprezar "os aspectos espaciais" que viabilizam a reprodução ampliada e (des)regionalizada do capital. Saliente-se mais uma vez, os possíveis efeitos das ideias e discursos que defendem a dissolução do espaço em fluxos ou que apregoam que as relações econômicas (e sociais) se tornam, necessariamente, antirregionais.

Entende-se, assim, que essas ideias e discursos podem contribuir para um

caminho teórico próximo ao obscurantismo, pois, nessa perspectiva, retiram-se do movimento de produção, circulação, troca e consumo as territorialidades, as regionalidades; algumas vezes, no máximo, esse movimento é posto como integrado (e relativamente deslocado) a lugares reduzidos à efemeridade. Não por acaso, Haesbaert (1984, p.356) questiona: "Estará a região sendo efetivamente 'dissolvida' pela força 'homogeneizadora' do capital ou este a estará manipulando para o fortalecimento de seu processo desigual, através da redivisão territorial do trabalho calcada sobre a articulação regional previamente organizada?"

Cabe relembrar que a *distribuição* implica em alocação espacial, em produção (localizada e material). Que a circulação de mercadorias e mesmo do capital fictício depende de equipamentos materiais e meios de trabalho para sua realização, o que vale também para a esfera do consumo final. Assim sendo, a predominância da circulação sobre a produção (espacialmente fixada) aponta para a Geografia a necessidade de interpretação da *localização* (e de compreensão) desses novos circuitos reticulares e zonais. Também, acaba indicando a importância de se prosseguir com as pesquisas sobre a *situação* interna e externa das forças produtivas, a exemplo das condições materiais (e imaterias) dos meios de reprodução dos trabalhadores como moradia, alimentação, transporte – bairros, vilas, restaurantes populares, vias metropolitanas de transporte coletivo etc. que não são tão efêmeros – dentre outros.

A multiterritorialidade própria das atuais relações de produção capitalista é geograficamente variável e desigual nas suas diversas escalas temporais e espaciais. A colocação de Moreira (1998), portanto, merece maiores atenções por parte da Geografia Regional (nas suas diversas escalas), principalmente no que se refere à categoria clássica *distribuição*. Milton Santos (1985, p. 62-63) aprofundou-se nos estudos sobre o "espaço da circulação e da distribuição", porém, o "oligopólio territorial" a que se refere parece que não foi ainda devidamente explorado no âmbito transescalar da Geografia.

Caso, no entanto, a Geografia venha a dispensar as abordagens que visam analisar os **fixos** junto com os **fluxos**, ou então, que se defina por ignorar a investigação das (des)localizações-distribuições espaciais pode-se, então, especular que, no geral, a Geografia estará – apesar de sua pluralidade paradigmática – corroborando com os postulados que se fundamentam no fim da região. Novamente colocam-se em dúvida alguns dos desdobramentos provenientes do processo de globalização-fragmentação do espaço e da sociedade: os "territórios compartimentados do passado" (MOREIRA, 1998, p.219) não existem mais? O (suposto) desaparecimento processual das regiões tende a manifestar a etapa suprema do capitalismo imperialista? Lênin, talvez

não se arriscaria a tanto, mas é provável que na visão de Rosa Luxemburgo a região, nos dias atuais, fosse pensada em termos de sua metamorfose funcional e formal. É preciso cautela ao conferir à mesma, um *status* espacial de degenerescência irreversível.

Interessante ressaltar ainda que, nesse sentido de supervalorização dos fluxos, das ações do capital financeiro, etc. o espaço geográfico parece assumir uma menor condição de abrigo, de controle e de proteção ao capital oligopolista e, em oposição, tende a se constituir, em maior proporção, numa prisão, num obstáculo para a sua reprodução ampliada. Milton Santos (1978) critica a Nova Geografia em razão de sua a-historicidade, de sua concepção meramente quantitativista e geométrica de espaço e região. Assim ao desvincular o tempo (a História) da Geografia e o próprio homem (social) do espaço, Santos (1978) expôs argumentos contrários aos métodos da Nova Geografia. Todavia, para algumas abordagens geográficas atuais, cabe a indagação: a excessiva valorização do tempo histórico, dos fluxos, das relações virtuais, etc. poderá proporcionar uma desespacialização/desregionalização que conferirá à Geografia, novamente, a condição de "viúva do espaço"? "Concluo que a visão política e a teoria de Marx ficaram abaladas pela falta de elaboração, em seu pensamento, de uma dimensão sistemática e especificamente geográfica e espacial." (HARVEY, 2005, p.143).

A hipermobilidade do capital, as transformações tecnológicas que adentraram o século XXI merecem, contudo, relativização. O espírito do capitalismo por mais que se incline para a "desencarnação", para sua libertação frente às dimensões espaço-tempo, por exemplo, acaba se deparando com materialidades que ainda hoje são essenciais à sua existência e reprodução. Essa (duvidosa) "espécie de aversão do capital pelo espaço" deve ser cotejada a um dos fundamentos majoritários do modo de produção em vigor: a propriedade capitalista. Por mais que o capital negue o trabalho e o trabalhador[2], negue o espaço (e o capital fixo nele efetivado), negue também a natureza (reduzida a *recurso* e tratada como obstáculo a ser domado) - ambos são parte constitutiva de sua existência e (des)organização. Marx e marxistas diversos já se aprofundaram nas contradições do modo de produção capitalista.

Sobre a questão da propriedade de base capitalista, mais especificamente em relação aos investimentos em capital fixo e em relação ao mercado imobiliário, David Harvey (2004, p.97) – antes da grave crise mundial de 2009 – apontava para os riscos de um colapso no mercado de propriedades (a "bolha"

2 Seja pela variável psicossocial e/ou pela lógica inerente ao aumento da composição orgânica do capital (que, como mais uma contradição imanente, leva à tendência a queda da taxa de lucro).

especulativa): "É objeto de séria preocupação aquilo que acontece se e quando essa bolha de propriedade explodir (...)". E em relação ao Brasil, no que se refere às recentes mudanças espaciais das atividades produtivas e da população, Ester Limonad (2010) destaca que a dispersão espacial das atividades econômicas e da riqueza é acompanhada pela dispersão da "exclusão social e da precarização das condições de vida de grandes contingentes sociais, nos campos e nas cidades". Assim, de acordo com Limonad (2010, p.7):

> Essa dispersão espacial da pobreza pode ser interpretada como expressão de tentativas de aumentar a mobilidade espacial do trabalho e fazer frente ao movimento de dispersão e deslocalização espacial do capital. Esses movimentos combinados do capital e do trabalho, para dentro e para fora das áreas urbanas e rurais, rompem com coerências regionais pretéritas e contribuem para mudar o conteúdo e o significado das regiões (HARVEY, 1985, SANTOS, 2004).

Em relação às ideias que sinalizam para o fim das regiões, Lencioni (2000, p.167) considera tal leitura equivocada e afirma que esses autores contribuem para esvaziar "o conteúdo espacial da realidade". Com base na interpretação da autora pode-se entender que leituras dogmáticas, pseudoestruturalistas, não-dialéticas, dentre outras ou mataram a região (e o Estado-nacão) ou então a reduziram à sua função produtiva na economia mundial. Segundo Lencioni (2000), a desconsideração da dimensão física da natureza na Geografia Regional e a redução da região a um produto da divisão territorial do trabalho constituem procedimentos de determinados geógrafos que adotaram – de maneira pouco cuidadosa – métodos marxistas para interpretação de processos socioespaciais.

Regionalizações derivadas desses procedimentos, para Sandra Lencioni (2000), resultam de visões que consideram determinantes os processos gerais e pouco relevante o espaço; mas, a autora reconhece também outro extremo: a ocorrência dos "exageros regionais" contidos em certos trabalhos, pois nesses casos, a região é colocada como sujeito social. Sobre essa última concepção, Soja (1993) e Lipietz (1988) produziram reflexões interessantes sobre a reificação regional, as chamadas "metáforas espaciais" que, camuflariam as lutas de classes e "retirariam da história" os sujeitos e agentes sociais.

Cabe reforçar que, por um lado, o debate em torno da dialética socioespacial proporcionou avanços epistemológicos e motivou algumas posturas de "advertência permanente" aos tratados geográficos que reduzem o espaço a um teatro ou mesmo a um palco dos acontecimentos sociais e naturais. Mas, por outro

lado, houve exageros por parte de determinados pesquisadores ao concederem autonomia social ao espaço. Portanto, permanecem dúvidas do tipo: o espaço geográfico constitui uma "quarta instância" social?[3] Quem produz o espaço regional? E apesar do combate aos trabalhos geográficos a-espaciais, essa espaciologia[4], no entanto, parece que pouco auxiliou o desenvolvimento da Geografia Regional e talvez tenha, inclusive, acentuado as aversões em relação à região.

Embora essa discussão sobre o espaço possa ter esvaziado o debate sobre a *região* e apesar dessa última ser concebida, muitas vezes, como atributo exclusivo das atividades econômicas, ocorreram, no entanto, alguns avanços no campo da Geografia (e economia) Regional. A divisão regional do trabalho proposta por Alain Lipietz (1987) abrange o espaço mundial como um todo e Doreen Massey (1984) abordou as regiões segundo o desenvolvimento (capitalista) desigual e combinado.

Lipietz (1987) divide e, de certa forma regionaliza, os Estados nacionais segundo a "divisão internacional do trabalho vertical" considerando, assim, a ampla difusão da indústria no espaço geográfico mundial bem como o nível de domínio tecnológico. Massey (1984, p.68) correlaciona as estruturas sociais e as relações capitalistas de produção com a organização do espaço e chega, portanto, às *estruturas espaciais de produção*.

Porém, ao tratar da divisão espacial do trabalho, Massey (1984, p.298) aborda a região como produto do capitalismo mundial, mas, a escala de reprodução territorial da região assumida por Massey se restringe ao plano nacional - apesar de seu caráter multinacional e multiespacial: *"The term 'regional' is here, as throughout, being use generically for 'spatial', or subnational."* ("O termo 'regional' está aqui, a todo o momento, sendo usado genericamente como 'espacial' ou subnacional."). Para Massey (1984, p.82), no entanto, não é possível divorciar a "diferenciação geográfica intranacional do contexto internacional". Assim, segundo Massey (1984, p.82):

> A geografia econômica interna de um país reflete o seu lugar na economia política internacional, a divisão internacional do trabalho. Sabe-se muito bem que países que estão rompendo com o imperialismo, ainda assim,

3 Grosso modo, pode-se afirmar que as três instâncias sociais tratadas por autores como José Luis Coraggio, Manuel Castells e Milton Santos (esse último acrescenta uma quarta, no caso o espaço geográfico) – dentre outros – são definidas pelas dimensões política, econômica e cultural-ideológica. Para Santos (1978, p.148) "A estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais."

4 Ver crítica sobre o "espaço-sujeito" em Souza (1988). Para uma reflexão sobre *ontologia espacial* ver Oliva (2001).

> refletem em suas estruturas espaciais uma orientação extrovertida e uma posição subordinada na economia mundial. O mesmo se aplica aos países metropolitanos (...) Estruturas espaciais intranacionais estão incrustadas no sistema internacional. (Tradução)

DIVISÃO (MESO/MICRO) REGIONAL DO TRABALHO E A (DES)LOCALIZAÇÃO ESPACIAL.

Formulações espaciais como essas de Massey (1984), de Lipietz (1987), de Harvey (2005), por exemplo, ao relacionarem a (re)produção/redefinição da região com o modo de produção capitalista, acabam – mesmo que não intencionalmente – se opondo às concepções que apregoam o fim das regiões no "mundo ainda mais globalizado". Inclusive, essas formulações contrariam as ideias de região como um espaço (somente) pré-capitalista ou, então, como uma descoberta ou uma invenção acadêmica estrita do século XIX, ou ainda, como um espaço funcional – apenas - do capitalismo na sua fase colonialista e de construção (originária) do território nacional.

Portanto, antagonicamente aos postulados que indicam que a região corresponde a uma espacialidade ultrapassada e/ou em vias de degeneração pode-se afirmar, com base em Lipietz (1987), Massey (1984) e outros, que a acumulação/expansão contínua e ampliada do capital ao alcançar as "últimas fronteiras" não cessou e nem se verifica o extermínio latitudinal e longitudinal da região; ao contrário, a acumulação/expansão capitalista – em mutação - permanece redefinindo-a "à sua imagem e semelhança" (o que implica também em diferenciação espacial, em regionalização).

Paulo Cesar da Costa Gomes (1995, p.71), com base em Lipietz (1977), destaca que "muitos foram aqueles que afirmaram que os novos tempos anunciavam o fim das regiões pela homogeneização do espaço ou pela uniformização das relações sociais (...)". Mas, o debate em torno do fim ou da (re) produção das regiões segundo a dinâmica do modo de produção capitalista parece que não foi, nem de perto esgotado, apesar dos inúmeros trabalhos que se desenvolveram sobre concepção de região. Permanecem, assim, ainda relativamente fortalecidos os discursos sobre a homogeneização espacial, sobre a inserção global dos lugares e dos não-lugares, sobre o fim das fronteiras, o enfraquecimento dos Estados nacionais e a morte da região.

Desta forma, Lencioni (2000) discorda do enfoque marxista de Félix Damette (1979), mas realiza menção favorável à sua reflexão sobre regionalização-desregionalização. Assim, mesmo que se considerem como positivos os princípios

metodológicos de Damette (1979) - como a correlação entre tempo histórico e espaço e, também, a (re)produção das regiões segundo ordenamentos do capital mundial - Lencioni (2000, p.164) não corrobora com sua concepção de Geografia e de espaço regional: "Ele afirmou explicitamente que o objeto da Geografia seria o de analisar a organização espacial dos modos de produção, o que implica a análise das forças produtivas e das relações de produção."

Lencioni (2000) ressalta também outras produções acadêmicas sobre a economia capitalista e a organização espacial, porém, aponta para o maior engajamento (e visibilidade) da Geografia Urbana no contexto geral da Geografia: "(...) A incorporação do marxismo à Geografia verificou-se na valorização da análise urbana, revelando a perversão da cidade capitalista (...)" (LENCIONI, 2000, p.163).

Entende-se, assim, que o desenvolvimento da Geografia Agrária e da Geografia Urbana, no Brasil, a partir dos anos de 1980, não foi, paralelamente, acompanhado pela Geografia Regional. É bem provável que as dificuldades metodológicas e as vinculações ideológicas da "Geografia Regional pretérita" somadas aos discursos mais recentes sobre os efeitos da globalização na (morte da) região dificultaram o seu avanço.

Em síntese, observa-se no interior da Geografia Crítica um movimento geral de negação (ou de marginalização) da região e, concomitantemente, outro movimento - de matriz teórica semelhante - que admite a região basicamente como produto da divisão internacional (e regional) do trabalho. Contudo, verifica-se também que os adeptos da Geografia Humanística, em geral, privilegiam outras categorias espaciais, tais como a paisagem e o lugar. Portanto, da mesma forma, não é difícil detectar nos trabalhos da Geografia Humanística uma desespacialização do regional. Ressalte-se que a orientação teórico-metodológica voltada para a valorização do ser humano e de seu espaço vivido abriu diversas frentes de estudos geográficos em escala local. Havia e ainda há, nesses trabalhos geográficos, significativa correspondência entre a categoria espacial lugar e a escala local. Haesbaert (1999, p. 26-27) assinala, nesse sentido, que

> (...) Lévy (1999) deixa implícita uma distinção entre local, enquanto escala cartográfico-matemática, instrumento de análise, poderíamos dizer, e lugar, enquanto concepção geográfica, no sentido de incorporar um conteúdo sócio-espacial específico (...) O lugar pode ser então pequeno ou grande em termos físico-cartográficos (...).

Para Armando Corrêa da Silva (1978, p.7) o lugar é multiescalar sendo que "o espaço é pois o maior lugar possível (...) o lugar manifesta-se como área, região, território". Todavia, o que se questiona é o tratamento em relação aos estudos regionais e, praticamente, o abandono das pesquisas em escala macroespacial.

Dentre as categorias espacias, Sandra Lencioni (2000:155) considera que a Geografia Humanística aborda preferencialmente o lugar e paisagem. E em relação à região, Alejandro Benedetti (2009, s.p.) afirma que desde "la perspectiva fenomenológica, la región pasa a ser un *espacio de vida*, un espacio vivido por y desde individuo (...) la diferenciación geográfica está asociada a la subjetividad de los indivíduos, a su percepción (...)".

Em geral, o espaço de vida é tratado na Geografia Humanística na escala local e a região, muitas vezes, confunde-se como o lugar, com o espaço vivido sendo ainda restritiva a sua perspectiva escalar. João Batista Ferreira de Mello (1990, p.102) assinala que na Geografia Humanística as "fronteiras entre a fenomenologia, existencialismo, idealismo e hermenêutica não são muito rígidas", porém, segundo o autor:

> Espaço, lugar, meio ambiente, cenário, paisagem, território, terreno, região, área, centro, local, entre outros, são termos fartamente utilizados na Geografia. A perspectiva humanística tem-se esforçado em disciplinar o uso de, pelo menos, dois desses conceitos: espaços e lugar. (MELLO, 1990, p.102).

Segundo Mello (1990, p.102) os "geógrafos humanistas insistem que o lugar é o lar, podendo ser a casa, a rua, o bairro, a cidade ou a nação. Enfim, qualquer ponto de referência e identidade." Da casa à nação há, de fato, significativa abrangência escalar, todavia, a vivência e a experiência espaciais se concentram - para a maioria dos adeptos da corrente humanística da Geografia - nos lugares "mais locais". Ocorre, assim, a predominância de abordagens que se situam metodologicamente entre o lugar e o local. Para Armand Frémont (1980, p.116) o "*lugar* aparece como um elemento essencial da estruturação do espaço. Abrange um espaço reduzido (...) a casa, o campo, a rua, a praça (...)". E Cristina Valenzuela (2004, s.p.) afirma que

> La Geografía Humanista, en sus distintos enfoques (fenomenológico existencial, e idealista) enfatizó el concepto de "lugar", y con él la escala local. El lugar es construido por la propia experiencia humana y es posible indagar acerca de los significados y los vínculos emocionales existentes entre éste y sus habitantes, descrifrar las implicancias del "espacio vivido".

Mirlei Fachini Vicente Pereira (2004, p.349), por sua vez, considera que um problema "a ser enfrentado pelo entendimento da noção de região como espaço vivido é justamente a nítida aproximação da idéia de lugar, e a indefinição de uma escala espacial (...)". Para o autor, a Geografia Humanística, de inspiração fenomenológica, "prioriza a categoria lugar em suas abordagens, ainda que com variações significativas do conceito." (PEREIRA, 2004, p.345). Assim, segundo Pereira (2004, p. 342-343):

> (...) a corrente humanista propõe um conceito diferente para a categoria região, entendida como área que pode ser reconhecida como espaço vivido, sendo assim uma consciência dos homens, nascida do sentimento de pertencê-la (GOMES, 2001). No entanto, a região nessa corrente geográfica passa a ser entendida como sinônimo de espaço percebido, e mesmo acaba sendo confundida com a idéia de lugar, categoria privilegiada pela abordagem fenomenológica.

Com base em Gomes (1995, p.67), pode-se dizer que o humanismo na Geografia estabeleceu certas vinculações com a Geografia Regional, assim, estudos sobre consciência regional e regionalismos ganharam a atenção de alguns pesquisadores que aderiram a essa tendência teórico-metodológica. Porém, a predominância em relação ao sentimento de pertencimento espacial, à identidade regional, etc. tem conferido à região uma conotação de espaço vivido o que, em grande medida, sugere a sua diluição enquanto espacialidade objetiva e até mesmo legível.

Entende-se, a partir de então, que no escopo geral da Geografia Humanística a região é secundariamente trabalhada. É tratada frequentemente segundo os valores culturais e de identidade. É concebida como uma construção mental e individual e, também, inscrita na consciência coletiva. Além disso, nota-se uma tênue demarcação entre o conceito de lugar e de região, principalmente, em certos casos em que são pesquisados o espaço vivido e o espaço percebido. Os estudos em macroescala são praticamente inexistentes. Para Frémont, citado por Lencioni (2000, p.155-156):

> A região, como espaço vivido, ultrapassa a idéia de espaço material, pois incorpora valores psicológicos (...) não se confunde com os lugares pontuais nem com os grandes espaços, situando-se numa escala intermediária, definida segundo a rede de relações que os indivíduos tecem (...).

Frémont (1980, p.167) assinala que "de uma maneira geral, a região apresenta-se como espaço médio, menos extensa do que a nação ou o grande espaço de civilização, mais vasto do que o espaço social de um grupo (...)". A região, desta forma, comparece como uma "unidade essencial de regulação espacial" (FRÉMONT, 1980, p.115), ou seja, em termos escalares, a região situa-se entre as relações sociais horizontais e verticais, entre os vastos e pequenos espaços. Para o autor, a maior ou menor coerência e a especificidade dos espaços estão, inclusive, relacionados ao tamanho (e densidade) regional. As regiões fluídas, enraizadas e funcionais de Frémont (1980) obedecem a esses pressupostos escalares, porém, os grandes espaços (conjuntos naturais, espaços econômicos, etc.) são considerados como estruturas extra-regionais.

Essa classificação se baseia no grau de intervenção social no espaço (na utilização dos meios técnicos que determinados grupos sociais imprimem na produção do espaço). Assim, grosso modo, as regiões fluídas corresponderiam àquelas regiões pouco modificadas socialmente, predominando atividades de caça, coleta, etc. Os espaços urbano-industriais estariam vinculados às regiões funcionais e as regiões enraizadas implicariam "essencialmente, no quadro de civilizações campesinas (...)" onde "os lugares pertencem aos homens e os homens pertencem aos lugares." (FRÉMONT, 1980, p. 176-177).

Ressalte-se ainda, que na visão de Frémont (1980, p.235), a região – espaço vivido – se opõe, muitas vezes, ao espaço alienado: "o demente e o desviado (...) recriam na região o espaço que lhes é recusado pela ordem social." A "região-lugar" adquire, desta forma, uma atribuição política inerente, revela-se como um "*lócus*" de identidade e de resistência.

Contudo, na sequencia das elaborações regionais próprias das correntes "Crítica" e "Humanística" da Geografia, Benedetti (2009, s.p.) assinala que a "região político-cultural" representa a concepção mais recente, mais nova (e inovadora, talvez). Segundo Benedetti (2009), a região político-cultural recupera a ideia da construção subjetiva do espaço pelo (sujeito) coletivo. Para o autor, esta perspectiva "não desconhece a dimensão material da região" e, inclusive, valoriza sua dimensão simbólica, sua construção histórica, as relações de poder, etc. (BENEDETTI, 2009, s.p.). Assim, no conjunto geral das reflexões pertinentes aos estudos regionais na Geografia, cabe perguntar: a região político-cultural se constitui(rá) numa "alternativa" teórica que valoriza(rá), de fato, o espaços regionais na Geografia?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a "possibilidade de os conceitos se tornarem inadequados, no caso do de região tendemos a refletir no sentido inverso – o conceito tem sua validade e atualidade, e o que muda é o conteúdo da região" (LAMOSO, 2008:269). Segundo Lisandra Pereira Lamoso (2008:269), essas "alterações de conteúdo impõem desafios epistemológicos e políticos para a sua compreensão."

Esses desafios mencionados por Lamoso (2008) parecem, no entanto, distantes das preocupações geográficas. Hoje na Geografia, em geral, priorizam-se as conexões diretas entre o local-global e vice-versa. Assim, a região, via de regra, permanece deslocada e "deslocalizada". Às vezes, comparece "deformada" em escala microespacial ou, então, é economicamente abordada como recorte (subespaço) do nacional. Em outras situações, a região constitui mera abstração ou é tratada como sinônimo de *lugar*. Na escala macro a região foi praticamente abolida.

Cabe especular, por outro lado, que as mais recentes discussões sobre escala espacial deverão contribuir para o desenvolvimento da Geografia Regional. É provável, como ocorrido com o *território* (antes reduzido ao âmbito do *nacional*), que a região seja libertada, na Geografia Humana, de suas clausuras subnacionais.

Mas é preciso aprofundar-se nas pesquisas geográficas sobre as categorias espaciais. Por exemplo: que caracteres conceituais aproximam e/ou diferenciam a região do lugar? No campo da fenomenologia geográfica, essa pergunta carece de maior compreensão. E quanto à região político-cultural reservam-se, também, dúvidas sobre diálogos com as categorias território e lugar.

Por fim, para os que apregoam o fim da região, registre-se a dificuldade de se negar a diferenciação espacial como componente fundamental da lógica geral do capitalismo (desigual e combinado) e como característica particular da natureza e da cultura. Portanto, em substituição à renúncia aos estudos (e aos espaços) regionais defendem-se, na Geografia Regional, mudanças de natureza teórica e metodológica.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *A Sociedade Individualizada: vidas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECKER, B. K. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 50, n° especial. Rio de Janeiro: IBGE, 1988; pp. 99-125.

BENEDETTI, A. Los Usos de la Categoria Región en el Pensamiento Geográfico

Argentino. In: *Scripta Nova. Revista Eletrónica de Geografia y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidade de Barcelona. Vol. XIII, n° 286, 2009. Disponível em http//www.ub.es/geocrit/sn/sn-286.htm. Acessado em 08/04/2011.

BEZZI, M. L. *Região: uma (Re)visão Historiográfica – da Gênese aos Novos Paradigmas*. Santa Maria: UFSM, 2004.

CASTELLS, M. *Fim de Milênio. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. III. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, I. E. Problemas e Alternativas Metodológicas para a Região e para o Lugar. In: SOUZA, M. A. et al. (orgs). *O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR; 4° ed; 2002; pp. 56-63.

DINIZ FILHO, L. L. Contribuições e Equívocos das Abordagens Marxistas na Geografia Econômica: um breve balanço. In: *Terra Livre 18 – Mudanças Globais*. Ano 18, n° 18, vol.1, jan.jun. São Paulo: AGB, 2002; pp. 143-160.

FRÉMONT, A. A Região, Espaço Vivido. Coimbra: Almedina, 1980.

GOMES, P. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO I.; GOMES, P. C. e CORRÊA, R. L. (Orgs) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995; pp. 49-76.

GREGORY, D. Teoria social e Geografia Humana. In: *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995; pp. 90-122.

HAESBAERT, R. *Regional-Global. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

----------. Região, diversidade territorial e globalização. In: *GEOgraphia – Revista da Pós-graduação em Geografia da UFF*. Ano I, nº 1, (jun.). Niterói/RJ: UFF/EGG, 1999; pp.15-39.

----------. Região: questões teóricas e uma proposta de análise. In: I*V Congresso Brasileiro de Geógrafos – Geografia, Sociedade e Estado*. São Paulo: AGB, 1984; pp. 356-364.

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

----------. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

----------. *Condição Pós-moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola; 4°ed., 1994.

LAMOSO, L. P. Um Ensaio sobre Região e Regionalização: desafios epistemológicos e políticos. In: OLIVEIRA, M., COELHO, M. e CORRÊA, A. (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I)*. Rio de Janeiro: Lamparina, Anpege, Faperj, 2008; pp. 270-279.

LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 2000.

LIMONAD, E. *Regiões Reticulares: algumas considerações para compreender as novas formas urbanas*. Cidades (Presidente Prudente), São Paulo: UNESP; v.7, 2010; pp.1-15.

LIPIETZ, A. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. SP: Nobel, 1987.

MASSEY, D. *Spatial divisions of labor: structures and geography of production*. Nova York: Methuen, 1984.

MELLO, J. B. F. Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. In: *Revista Brasileira de Geografia.* v. 52, n 4, (out./dez.). Rio de Janeiro: IBGE, 1990; pp. 91-115.

MOREIRA, R. A Reestrutração Espacial e as Novas Formas de Sujeitos e Conflitos nas Relações Geográficas deste Começo de Século. In: *Terra Livre 30 – O Espaço não Pára por uma AGB em Movimento*. Ano 24, jan.-jun. Presidente Prudente/SP: AGB, 2008; pp.171-184.

----------. Velhos Temas, Novas Formas. In: MENDONÇA, F. e KOSEL. S. (orgs.). *Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002; pp. 47-62.

----------. Desregulação e Remonte no Espaço Geográfico Globalizado. In: BRAGA, R. B. et. al. (coord.) Anais – I*II Encontro Estadual de Geografia-MG – AS Transformações no Trabalho e no Espaço e a Geografia Mineira*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1998; pp. 207-220.

OLIVA, J. T. O Espaço Geográfico como Componente Social. In: *Terra Livre 17 – Paradigmas da Geografia (Parte II)*. São Paulo: AGB, 2001; pp.25-48.

OLIVEIRA, F. Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste e Conflitos de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6° ed., 1993.

PEREIRA, M. F. V. Região – Pluralidade e Permanência: desafiso e tendências contemporâneas da categoria em geografia. In: *GEOGRAFIA*. n° 3, v. 29, set/dez. Rio Claro/SP: AGETEO, 2004; pp. 339-353.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. – Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 2°ed., 1997.

----------. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

----------. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec/USP, 1978.

SILVA, A. C. *O Espaço fora do Lugar*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SOUZA, M. "Espaciologia": uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social) In: *Terra Livre. O espaço em questão*. N° 5. São Paulo: AGB/Marco Zero, 1988; pp. 21-45.

THRIFT, N. Visando o âmago da região. In: *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995; pp. 215-247.

VALENZUELA, C. Reflexiones sobre la Dialéctica de Escalas en el Examen de los Procesos de Desarrollo Geográfico Desigual. In: *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* (Serie documental de GEO CRÍTICA). Universidad de Barcelona vol. IX, n° 552, 2004. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-552.htm>. Acessado em 25/03/2011.